

## O Desafio da Integração Sul-Americana com enfoque à Energia

Rogério Londero Boeira, MSc.<sup>1</sup>

### Resumo

O desafio da Integração Sul-americana é enorme, porém factível de acontecer se as questões técnicas forem consideradas em detrimento de apenas questões políticas. A técnica é aqui colocada por ser a premissa mais capaz de garantir as ações mercantilistas que objetivam o retorno do investimento. Não só com o retorno justo de investimento é possível manter o interesse dos investidores no segmento energético, mas também com o estabelecimento de regras claras e bem definidas, além da priorização da transparência de transações no mercado energético. Ações políticas para a integração, como as que estão sendo tomadas neste início do século, fomentam a idéia de união. Entretanto atrapalham-se ao tentar explicar como tal união pode ser implementada e a que custo público se dará tal implementação. O estudo que é feito neste presente trabalho demonstra a falta de esclarecimento e discrepância dos dados básicos necessários à implantação de qualquer projeto de infra-estrutura de energia, referentes à Oferta & Demanda das commodities energéticas nos países formadores da América do Sul. A importância desse trabalho é a de criar consciência na sociedade para que ela sustente que decisões políticas de investimentos em energia não sejam tomadas sem um propósito claro de fomentar o desenvolvimento a um custo definido.

### Abstract

The challenge for integration in the South American continent is huge, but feasible as one takes technical decisions instead of political ones. The technique here is so spoken as the one responsible to be the most capable issue to guarantee mercantile actions that objective the investment return. It is not only with this return that it is possible to keep the investment attractiveness for the investors. It also requires the establishment of well-defined and clear rules, as well as of the transparency priority in all the energy market transactions.

Political actions for the integration, as the ones that have been taken in the beginning of this century, promote the Idea of the union. However, they are confused and vague as they try to explain how and mainly how much the implementation of such union will cost to the public capital. This present work shows the lack of clearness and discrepancy in the energy commodities supply and demand data in the countries of South America, which would be vital for the implementation of any energy project. The importance of this work is to create consciousness in the society. Like that, it will sustain that political decision for energy investment will not be taken without a clear purpose to foment the society development at a defined cost.

### 1. Bases para uma Integração Regional

A integração da América do Sul em moldes similares ao do continente europeu está apenas começando a formar bases ideológicas e políticas para um longo caminho de negociações que tornem possível uma unitização sócio-político-econômica e de atração de investimentos que facilitem a integração física para tornar a primeira hábil a acontecer.

Entre todos os investimentos em infra-estrutura necessários para uma integração física do continente, a integração energética se faz mais premente. Não apenas pelos problemas apresentados recentemente no desenvolvimento da região, mas porque dentre todas as classes de infraestrutura (logística, saneamento, comunicações e energia), a de energia é a base para garantir o desenvolvimento das restantes e o mais rápido desenvolvimento humano (social) e econômico. Para que se compreenda melhor o que se entende dessa afirmação, a provisão de energia garante educação e acesso (através de rádios, televisões, computadores e escolas noturnas para a população adulta); com essa educação garante a saúde e a disseminação de combate a doenças (através da fervura de água, tornando-a potável, e de alimentos antes da ingestão, através do uso de refrigeradores para manutenção dos alimentos, através da compreensão de programas de combate a pragas, entre outros exemplos), garante que máquinas, equipamentos e veículos possam ser utilizados (separando o desenvolvimento econômico anterior ao da primeira revolução industrial no século XVIII, onde a única força motriz era do homem e dos animais), e, além disso, por onde passam cabos de transmissão de energia, passam também dutos de água, petróleo, gás, cabos de telecomunicações, estradas de ferro e auto-estradas. Ou

<sup>1</sup> Doutorando em Energia Industrial, Universitetet i Stavanger, UiS, Noruega

seja, o desenvolvimento econômico de uma região depende intrinsecamente do desenvolvimento primário e da garantia do suprimento de energia.

Podemos ver ao longo do texto também que não é só no Oriente Médio que existem desacordos e conflitos pelo suprimento de energia (no caso de lá, pelo petróleo). Na América do Sul, países como a Venezuela (maior produção e reserva de petróleo e gás de toda América Latina), Bolívia (segunda maior reserva de gás da América do Sul), Peru, Chile e Argentina enfrentam seguidos problemas diplomáticos pela necessidade de uns em comprar e de outros em vender energia.

Entretanto, pode-se observar também que para uma integração energética da América do Sul, tem que haver mais que cartas de entendimento entre os governos. A primeira condição é que os governos garantam a permanência de um diálogo entre regimes democráticos. Esse foi o grande avanço da região da América Latina na última década do século XX: a garantia da democracia como base para forma de um governo sólido e mais consistente. Baseados nos novos regimes democráticos, em 2004 a América Latina apresentou um significativo crescimento econômico. A Argentina em seu processo de reestruturação pós-default em 2004 apresentou um crescimento de seu PIB de 8.8%. O Brasil ensaiou uma boa recuperação em 2004 com crescimento de 5.2%, embora não tendo dado continuidade com a variação do PIB ser de 2,3% em 2005. O México com 4,4% e o Peru com 5% içaram ao redor do Brasil em 2004 e aumentaram em mais de 1% o resultado em 2005. E a Venezuela, com surpreendentes 17,3% de 2004 e 8,8% em 2005, foi o país que mais cresceu na América do Sul, recuperando-se do colapso político-econômico iniciado em 2001 e agravado com a crise de sua petroleira estatal PDVSA em 2003. Porém, mesmo com os valores sendo altos para os padrões latino-americanos, tais resultados se basearam principalmente em exportações de commodities (agrícolas e minerais) e aumento da participação de serviços governamentais no Produto Interno Bruto. Mesmo assim, a demanda por energia sempre acompanha muito proximamente esses índices de crescimento (sendo que a média da demanda nos estados cresce a uma taxa um pouco maior do que a do PIB). Dessa forma, os investimentos nessa infra-estrutura devem ser sólidos e bem estruturados, apresentando-se seriedade no comprometimento político em questão.

Autores como SKIDMORE (1992), utilizam a distância no tempo do desenvolvimento do Atlântico Norte como justificativa para que o desenvolvimento da América Latina tivesse sido conduzido de forma diferente. Essa diferença no processo econômico gera diferentes formas de alteração social e de formação de uma sociedade. Dessa forma, “a combinação de tais forças econômicas e sociais” farão com que os líderes políticos da região se comportem de maneiras distintas das que podem ser observadas nas nações do Norte. Essas diferenças podem ser colocadas inclusive enquanto o comprometimento dos gastos públicos, desperdiçando-se oportunidades para a garantia de um crescimento sustentável e encobrendo processos ilícitos de gestão do capital público, também conhecido como corrupção. Aqui, aborda-se a segunda condição para tal integração: Erradicação da corrupção e controle dos gastos governamentais. A corrupção também pode ser entendida - como colocado por WALLERSTEIN (2002) – como a pressa de garantir o sustento pelo resto da existência de um homem (cujo dever era trabalhar pelo povo) de um padrão de vida melhor do que do resto da população ou de seus equivalentes em nível hierárquico ou de profissão. O importante é a população ter consciência e atitude em relação à aplicação de seu capital dirigido para um governo, sem o qual seria gerada uma anarquia. Os maus gastos públicos contribuíram para todas (sem exceção) crises econômicas ocorridas na América do Sul na década de 1990, podendo ser parcialmente explicadas também pelos diversos movimentos econômicos internacionais. E como buscar investimentos para área de energia (que são os maiores investimentos feitos em qualquer tipo de indústria e geram sempre na casa dos 10 dígitos do Dólar Americano), se não se pode garantir que todo o capital necessário será de fato empregado no empreendimento, apresentando retorno? A aplicação do capital público na geração de energia é para garantir a busca do desenvolvimento econômico e sustentável das populações que contribuíram com aquele capital através do pagamento de impostos.

## 2. Apresentação de Dados

E para que se firmar um bloco integrado a não ser para garantir o desenvolvimento de complementaridades econômicas intrabloco e maior força de negociação entre os blocos econômicos mundiais? Foi assim que em 1969, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela fundaram a Comunidade Andina. E com a intenção da integração, através do Tratado de Montevideo, assinado em 12 de agosto de 1980, que todos os países da América do Sul - com exceção da Guiana e Suriname e do protetorado francês da Guiana Francesa – em conjunto com Cuba e México firmaram a Associação Latina Americana de Integração (ALADI). No entanto, o foco da integração de infra-estrutura - mais notadamente energética - se restringe aos dez países sul-americanos signatários desse acordo.

Desses, o Brasil, com suas dimensões continentais, faz fronteira com sete. Este mesmo país que teve seu crescimento freado nos anos de 2001 com reflexos em 2002 pelo desabastecimento de energia, o que gerou o triste, mas conhecido efeito do “apagão”. Tal desabastecimento foi causado principalmente pela falta de integração de transmissão de energia, uma vez que os sistemas do Norte e do Sul do país não possuíam linhas de transmissão suficientes para o sistema do Nordeste e Sudeste, onde de fato faltou recurso hídrico para geração de eletricidade. A ameaça de um desabastecimento que desacelere o crescimento pode ainda ser melhor resolvido para toda a região continental, no caso da integração regional em termos de energia. Esta sustentaria o desenvolvimento econômico que é esperado com o amadurecimento do exercício das democracias locais.

Para tanto, será necessário padronizar os aspectos referentes ao estudo e apresentação de dados referentes à oferta e demanda energética por estado. Assim foi feito ainda na construção de uma Europa integrada nos idos da década de 1990. Entretanto isso não é feito nem mesmo no Mercosul, quanto mais nos outros países da Região.

A seguir, apresentamos os dados de produção e consumo das três maiores fontes de energia nesses dez países: petróleo, gás e eletricidade.

### PETRÓLEO

ITENS	ARGENTINA	BOLIVIA	BRASIL	CHILE	COLOMBIA	ECUADOR	PARAGUAY	PERU	URUGUAI	VENEZUELA
1	793.150	29.700	1.55.2000	6.000*	540.900	427.000	0,00	92.000	0,00	2.987.000
2	370.635	53.000*	1.817.109	226.889	222.163	134.492	25.000*	150.881	42.000*	525.593
3	3.192	440.5	10.600	150	1.514	4.621	0,00	952.8	0,00	78.000

**TABELA 1: Produção, consumo e reservas de petróleo nos países sul-americanos da ALADI em 2003**

Fontes: BP AMOCO, EIA/DOE\*, OLADE, CULTMAN

Arranjo: CULTMAN, LTDA

Item 1: PRODUÇÃO (bbl/dia. 2003)

Item 2: CONSUMO (bbl/dia. 2003)

Item 3: RESERVAS MBLs (2003)

### GAS NATURAL

Itens	ARGENTINA	BRASIL	BOLIVIA	CHILE	COLOMBIA	ECUADOR	PARAGUAI	PERÚ	URUGUAI	VENEZUELA
1	0,66	0,22	0,81	0,09	0,12	0,01	0,00	0,36	0,01	4,19
2	41,00	10,10	5,20	1,18	6,17	0,17	0,00	0,43	0,00	29,40
3	34,60	15,90	1,14	6,52	6,00	0,10	0,00	0,50	0,03	29,40

**TABELA 2: Produção, consumo e reservas de gás nos países sul-americanos da ALADI em 2003**

Fontes: BP AMOCO, EIA/DOE\*, OLADE, CULTMAN, MINISTERIO ENERGIA Y MINAS PERU, DNE Ministerio de Energía Uruguay, Superintendencia de Electricidad y Combustibles Chile, Ecopetrol S.A., Repsol S.A., Instituto Nacional de Estadística de Bolivia Sintesis Estadística Bolivia, CNE Chile

Arranjo: CULTMAN, LTDA

Item 1: Reservas Provasdas em trilhões de m3

Item 2: Produção de GN em bilhões de m3/ano

Item 3: Consumo de GN em bilhões de m3/ano

### ELETRICIDADE

Itens	ARGENTINA	BRASIL	BOLIVIA	CHILE	COLOMBIA	ECUADOR	PARAGUAY	PERÚ	URUGUAY	VENEZUELA
1	91000	365000	<b>4339,7</b>	47000	47000	6788,12	<b>48400</b>	22920,00	6,60	90060
2	<b>81646,91</b>	<b>351900</b>	<b>3600</b>	<b>41800</b>	<b>41135,03</b>	<b>10792,92</b>	<b>2468,52</b>	<b>20217,27</b>	<b>6,75</b>	90960

**TABELA 3: Geração, Consumo e Capacidade Instalada de Produção de Energia Elétrica nos países sul-americanos da ALADI em 2003**

Dados em Negrito: 31/12/2002

Outros Dados: 31/12/2003

Fontes: BP AMOCO, EIA/DOE\*, OLADE, CULTMAN, Ministerio Energia y Minas Perú, DNE Ministerio de Energía Uruguay, Superintendencia de Electricidad y Combustibles Chile, Ecopetrol S.A., CNE Chile

Arranjo: CULTMAN, LTDA

Item 1: Geração Elétrica (Mwh) 2003

Item 2: Consumo (Mwh) 2003

### 3. Análise dos Dados

Os dados apresentados acima podem ser entendidos como fazendo parte de uma mesma matriz energética, onde as sobras de produção ou geração de energia em um país podem ser vendidas a outros (se a economia fosse ainda considerada sob a ótica mercantilista). Logicamente a realidade não é tão simples assim (abordando-se a teoria econômica neo-clássica), havendo várias requisições técnicas, a saber:

- Importação de petróleo da Venezuela seria interessante apenas para países que contemplam um parque de refino voltado para óleos mais pesados (com menor grau API);
- O petróleo é uma commodity internacional, cuja cotação é em tempo real, o que torna sua dinâmica de venda mais particular;
- O consumo dos insumos energéticos se faz crescente apenas quando a população confia no mesmo (vide a catástrofe que resultou no primeiro programa do álcool combustível no Brasil no fim dos anos 80, quando houve quebra de safra/suprimento pelo fim dos subsídios e pelo alto preço internacional do açúcar);
- Para se transportar energia (através de linhas de transmissão, de dutos e/ou de navios), toda uma infra-estrutura com grandes investimentos e de longo tempo de retorno precisa ser montada antes;
- A geração de energia apresenta perdas ao longo de sua transmissão e distribuição;

Logo, não basta apenas somar e subtrair os números apresentados nas tabelas para se chegar a um equilíbrio no mercado sul-americano de energia.

Outro desafio que se tem pela frente é quanto ao controle e disponibilização de dados referentes ao balanço energético nacional de cada um dos países participantes. Apenas 30% desses países realizam cálculos de balanço energético que se façam públicos para análises. Nos outros casos, tais números não apresentam uma ordem confiável para que se faça uma análise. Quando se fala em disponibilidade de dados, se fala em poder analisar de maneira mais detalhada qualquer necessidade de investimento em energia e poder também se calcular e planejar o retorno esperado. Entretanto, é notória a idéia que os países latino-americanos possuem de lucro. Pela população latino-americana ter uma idéia muito associativa do estado intervindo na economia, seja em regulamentações quanto participando ativamente com suas empresas estatais, a idéia de lucro vem sempre associada à existência de um contato político (Pesquisa Vox Populi, publicada na Revista Exame Ed.839). Dessa monta que dados que são disponibilizados claramente em países do hemisfério ocidental do Norte, não são apresentados com a mesma clareza nos países da América Latina. A máxima “só se pode controlar o que se pode auferir” se faz presente então no continente.

Se bem for observada a integração em termos de infra-estrutura, a história remonta ao fim do século XIX, com a construção de estradas e hidrovias entre os países do Norte e do Sul da América do Sul. Outros exemplos podem ser citados como a exportação do petróleo da Venezuela, Peru e México do início do século para o resto da região. Ou até mesmo, da assinatura da Carta de Entendimento entre os governos do Brasil e da Bolívia em 1950 para o aproveitamento da produção de gás boliviano no Brasil através do transporte por um gasoduto que 48 anos depois iria ser denominado Gasbol e ser responsável pelo suprimento de cerca de 27 milhões de metros cúbicos diários ao Brasil. Entretanto, é importante salientar também que muitos desses acordos de integração na área de energia não visavam a economicidade (sendo que alguns ainda não conseguem se justificar economicamente). Tais acordos realizados politicamente tinham o objetivo diplomático de acalantar as relações entre os vizinhos, não se importando muito com o retorno à sociedade pela implementação do mesmo.

O projeto que marcou o início de uma cooperação pela integração energética no país nos anos setenta foi a construção da Hidrelétrica de Itaipu, realizada entre Brasil e Paraguai e que detinha até muito recentemente o título de ser a maior do mundo em capacidade de geração. Hoje em dia, a importação de energia elétrica para o Brasil de outros países é apresentada na tabela 4.

Países	MW Importado	Total (MW)	% do Total / Total Brasil
Paraguai	5.650.000	8.170.000	8,21
Argentina	2.250.000		
Venezuela	200.000		
Uruguai	70.000		

Tabela 4: Importação de Eletricidade do Brasil no ano de 2004

Fonte: Banco de Informações de Geração/ ANEEL  
Arranjo: Cultman, 2005

Se considerarmos apenas o consumo de petróleo em 2003 como fonte de análise (como apresentado no gráfico 1), teremos uma idéia já um pouco alterada por 2003 ter sido um ano sem expressivos crescimentos na América do Sul.

■ CONSUMO (bb/dia. 2003)

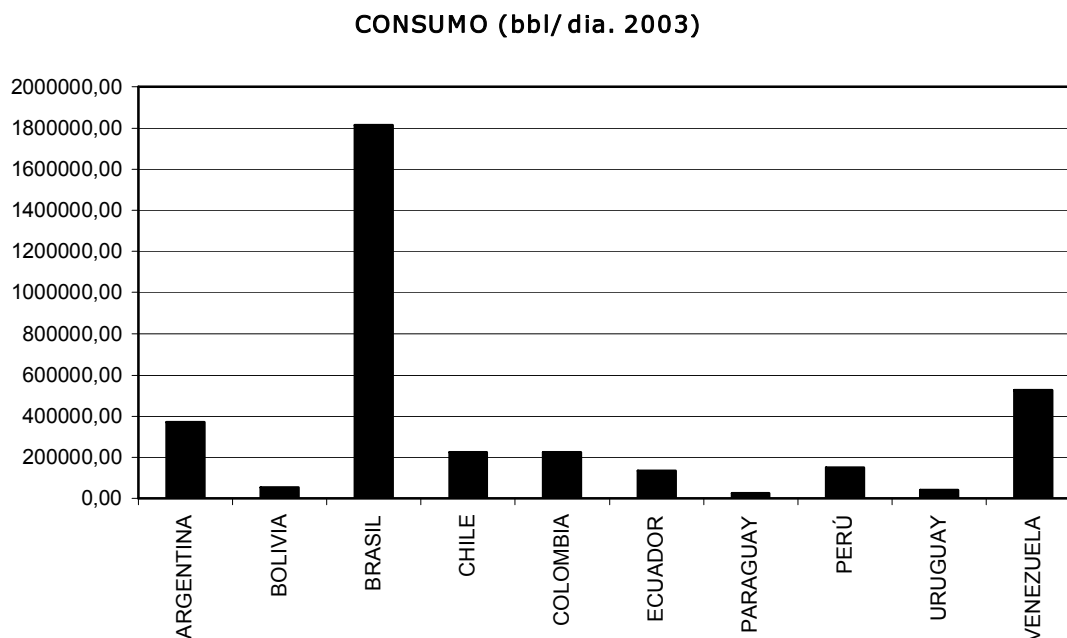


GRAFICO 1: Consumo de petróleo nos países sul-americanos da ALADI em 2003

Fontes: BP AMOCO, EIA/DOE\*, OLADE, CULTMAN  
Arranjo: CULTMAN, LTDA

É fato também que se deve levar em conta não o consumo absoluto, mas o consumo per capita. Nesse quesito, se tomarmos o Brasil como referência podemos ver alguma discrepância em relação aos outros países da América do Sul, em termos da afirmação que países mais desenvolvidos consomem mais energia, em todas as suas formas. Em 2003, o Brasil consumia 0,01012 barril per capita. Para melhor visualização de toda América do Sul, colocamos esse valor sendo 100%. O resultado pode ser observado na tabela 5, a seguir:

ARGENTINA	BOLIVIA	BRASIL	CHILE	COLOMBIA	ECUADOR	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA
96,49%	60,14%	100,00%	143,77%	50,09%	101,32%	42,74%	55,72%	122,57%	206,91%

Tabela 5: Consumo per capita de barris de petróleo em 2003 em relação ao consumo brasileiro

Fonte e Arranjo: Cultman, 2005

A discrepância não é absoluta com o resultado dos números. O fato é que muitos desses países consomem petróleo pra abastecer as suas termelétricas. Porém, o consumo da Venezuela ser mais do dobro do Brasil, não pode ser explicado por isso. Outro fator que ajuda a explicar a diferença discrepante no consumo per capita Venezuelano é todo o subsídio do governo para garantir combustíveis mais baratos do que o preço da commodity no mercado internacional. Como o consumo interno

Venezuelano representa na faixa de 58% da produção total da PDVS, seu lucro é ainda justificável com a exportação. Entretanto, mesmo com todos esses fatores, o consumo per capita venezuelano continua discrepante pelo que podemos ver em termos da comparação do PIB per capita com o do Brasil. Tais índices são questionados como já foi explicado anteriormente em relação à disponibilidade dos dados.

#### 4. Conclusões

Exemplos de investimentos feitos em linhas de transmissão de energia na Argentina, da Petrobras na América do Sul, da ISA colombiana realizando investimentos em eletricidade na Bolívia e no Peru, são aqui destacados para afirmar a importância da gestão do capital público nos mesmos.

Não por falta de vontade, mas por falta de clareza de objetivos é que a América do Sul sofre ainda sem uma definição de uma política integrada que diminuiria os gastos em energia e alavancaria seu desenvolvimento. O fato do consumo per capita de energia dos Estados Unidos ser utilizado como base para busca de investimentos de empresas multinacionais em energia na América Latina, não reflete e nem refletirá a realidade que está por vir. Políticas ambientais e de contenção do desperdício devem aumentar o consumo apenas ao nível necessário de desenvolvimento e conforto do cidadão. Tais políticas possuem um grande apelo aos latino-americanos.

Questões diplomáticas como a da Bolívia contra o Chile - retaliando-o da exportação de gás devido ao Chile não permitir uma passagem da Bolívia ao Oceano Pacífico - podem ser resolvidas com uma integração em definitiva. Como saída, O Chile resolveu comprar gás da Argentina, que importava por sua vez da Bolívia e vendia sua produção nacional. O ocaso foi criado quando a Bolívia ameaçou a Argentina de retaliação também, à que esta respondeu prontamente com a cessão da exportação de gás ao Chile. Outras desavenças diplomáticas podem ser vistas entre Venezuela e Colômbia, na questão da máfia de distribuidores de combustíveis adulterados que fazem da fronteira desses dois países um lugar não demarcado. Já o Brasil enfrenta com muita diplomacia as questões da crise política enfrentada pela Bolívia em 2005 e questões legais com o Paraguai, seus dois maiores provedores internacionais de energia, respectivamente de gás e eletricidade. Não só por esse motivo, mas também pelo país possuir mais de três vezes o território do segundo maior país da América do Sul (Argentina), a maior população (mais de quatro vezes o da Colômbia, que é o segundo país mais populoso da América do Sul), o terceiro maior PIB per capita (atrás do Chile e Uruguai) e por todos esses motivos, ser o maior demandante de energia do continente, entende-se que o Brasil poderia liderar a atitude da integração de maneira mais entusiasta, buscando garantir não só mercado, mas como também o exercício da internacionalização de empresas e transferências de tecnologia nacional nesta área. Inclusive, o Brasil é o país que mais se compromete com o desenvolvimento de seu parque industrial e com serviços de fornecimento para essa área de energia. Através de programas que obrigam a contratação de um conteúdo nacional mínimo para projetos da estatal brasileira de petróleo e gás, Petrobras, o governo busca garantir o crescimento da capacidade industrial brasileira instalada e o desenvolvimento também da área de serviços, garantindo maior número de empregos nacionais. Embora seja um programa exemplar para a busca do desenvolvimento, o mesmo está sendo realizado sem uma visão de longo prazo, o que pode deixar o país com uma capacidade ociosa grande, salvo essa indústria supra eficazmente o mercado internacional, garantindo a continuidade do retorno do capital empregado. E o caminho mais curto para a internacionalização das empresas brasileiras é o desenvolvimento da integração regional (como exemplificou o Mercosul, mesmo com significativas ressalvas).

Em resumo, a idéia que se prega aqui é que as decisões de integração devem ser fomentadas pelos governos do continente. No entanto, a decisão por investimentos deve ser feita de forma viável técnica-economicamente através da definição do caminho crítico dos projetos, com o bom gerenciamento dos mesmos, tendo os governos o dever de garantir a estabilidade político-democrática, mas sem haver favorecimentos quaisquer. Dessa forma, tal integração poderá ser o caminho para o desenvolvimento regional, fornecendo alicerces suficientes para que a América do Sul agregue valor em seu comércio e dispute o mercado internacional de igual para igual com os países desenvolvidos.

## Bibliografia

Boris Fausto e Fernando J. Deveto., BRASILE E ARGENTINA: UM ENSAIO DE HISTÓRIA COMPARADA (1850-2002). Tradução dos textos em castelhano por Sérgio Molina.-São Paulo: Ed.34, 2004.

BP AMOCO. Acesso à página eletrônica em 03 de Dezembro de 2005 no endereço:  
[http://www.bp.com/liveassets/bp\\_internet/globalbp/globalbp\\_uk\\_english/publications/energy\\_reviews\\_2005/STAGING/local\\_assets/downloads/pdf/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_full\\_report\\_2004.pdf](http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/publications/energy_reviews_2005/STAGING/local_assets/downloads/pdf/statistical_review_of_world_energy_full_report_2004.pdf)

CNE Chile. Acesso à página eletrônica em 16 de Dezembro de 2005 nos endereços:  
[http://www.cne.cl/hidrocarburos/f\\_petroleo.html](http://www.cne.cl/hidrocarburos/f_petroleo.html) e  
[http://www.cne.cl/electricidad/f\\_sector.html](http://www.cne.cl/electricidad/f_sector.html)

Costa, Darc Antonio da Luz, ESTRATÉGIA NACIONAL: A COOPERAÇÃO SUL-AMERICANA COMO CAMINHO PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Aristeu Souza, 2003.

Cultman – Energy Investment Analysis, ANÁLISES E PERSPECTIVAS CONJUNTURAIS, Acesso restrito em [www.cultman.com.br](http://www.cultman.com.br), Rio de Janeiro: Cultman Cultural Management Ltda. 2002-2005.

DNE Ministerio de Energía Uruguay. Acesso à página eletrônica em 07 de Dezembro de 2005 no endereço: <http://www.miem.gub.uy/legislacion.php?8>

Ecopetrol S.A. . Acesso à página eletrônica em 12 de Dezembro de 2005 no endereço:  
<http://www.ecopetrol.com.co/contenido.aspx?catID=36&conID=35299>

EIA/DOE\*. Acesso à página eletrônica em 11 de Novembro de 2005 no endereço:  
<http://www.eia.doe.gov/emeu/international/contents.html>

Galeano, Eduardo; AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA: Tradução de Galeno de Freitas, (Estudos latino-americanos, V.12). Do Original em Espanhol: Las Venas Abiertas de América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Giraldo, Adriana Elvira Barros (1969-2002)., Energia y Desarrollo. Bogotá, Colômbia: Astrid Martinez/Universidad Nacional de Colômbia, 2003.

Ministerio Energia y Minas Perú. Acesso à página eletrônica em 05 de Dezembro de 2005 no endereço: [http://www.minem.gob.pe/hidrocarburos/estad\\_inicio.asp](http://www.minem.gob.pe/hidrocarburos/estad_inicio.asp)

OLADE. Acesso à página eletrônica em 14 de Dezembro de 2005 no endereço:  
<http://www.olade.org.ec/php/index.php?arb=ARB0000169>

Prado Junior, Caio. 1907-1990; FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: COLÔNIA-São Paulo: Brasiliense, 2004.

Revista Exame, O ESTIGMA DO LUCRO. Helio Gurovitz e Nelson Blecher. P.20-30. Edição 839, São Paulo: Editora Abril:2005.

Serrano, Rafael Quiroz, MERITOCRACIA PETROLERA ?MITO O REALIDAD?-Caracas, Venezuela: Editorial Panapo de Vezuela, 2003.

Skidmore, Thomas E., MODERN LATIN AMERICA, Thomas E. Skidmore, Peter H. Smith.-3rd ed. NY, NY: Oxford University Press, 1992.

Stiglitz, Joseph E., OS EXUBERANTES ANOS 90: UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DA DÉCADA MAIS PRÓSPERA DA HISTÓRIA; tradução Sylvia Maria S. Cristóvão dos Santos, Dante

Mendes Aldrighi, José Francisco de Lima Gonçalves, Roberto Mazzer Neto. -São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

Superintendencia de Electricidad y Combustibles Chile. Acesso à página eletrônica em 06 de Dezembro de 2005 nos endereços:

[http://www.sec.cl/pls/portal/docs/PAGE/electricidad\\_temas/electricidad\\_infraestructura.pdf](http://www.sec.cl/pls/portal/docs/PAGE/electricidad_temas/electricidad_infraestructura.pdf) e  
[http://www.sec.cl/portal/page?\\_pageid=33,64354&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.sec.cl/portal/page?_pageid=33,64354&_dad=portal&_schema=PORTAL)

Wallerstein, Immanuel Maurice., O FIM DO MUNDO COMO O CONCEBEMOS: CIÊNCIA SOCIAL PARA O SÉCULO XXI; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Revan, 2002, 320p.